



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: AUDIÊNCIA PÚBLICA	Nº: 1557/05	DATA: 06/10/2005
INÍCIO: 11h02min	TÉRMINO: 11h40min	DURAÇÃO: 00h38min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h38min	PÁGINAS: 13	QUARTOS: 8

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RAFAEL FRANCISCO FRANÇA – Titular da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul.
GUILHERME PACÍFICO DA SILVA – Titular da Delegacia de Roubo de Cargas e Defraudações da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções inaudíveis.
A reunião foi transformada em reservada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, vamos dar início à 41ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar organizações criminosas do tráfico de armas.

Convido o Sr. Relator a fazer parte da Mesa e congratulo-me com a presença do Vice-Presidente da Comissão de Compra de Votos, Deputado Paulo Baltazar. Seja bem-vindo.

Vamos dar início à audiência pública com a presença do Dr. Guilherme Pacífico da Silva, Delegado Civil da Delegacia de Roubos de Cargas e Defraudações do Estado do Rio Grande do Sul; Dr. Rafael Francisco França, Delegado Federal da Delegacia de Repressão a Entorpecentes do Estado do Rio Grande do Sul.

Agradeço aos 2 delegados a presença e parablenizo-os pelas grandes ações que têm realizado e o grande sucesso que têm obtido. Já tínhamos encontrado o Dr. Pacífico lá em Porto Alegre e, pelo visto, de lá para cá já tem evoluído e parablenizo também o Dr. França pela ação.

Convido o Dr. Guilherme Pacífico da Silva e o Dr. Rafael Francisco França para tomarem assento à mesa. Vamos convidar aqui para que os dois façam um histórico e, se tiverem alguma coisa para falarem reservadamente, aí, posteriormente, poderemos transformar a sessão em reservada. Eles até já poderiam dizer se gostariam de falar reservadamente, porque aí, depois, quando a testemunha vier, vamos transformar a sessão.

Fica a palavra facultada aos senhores. A CPI não tem preferência. Qualquer um dos senhores pode iniciar.

O SR. RAFAEL FRANCISCO FRANÇA - Bom-dia. Sou o Delegado França, da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Superintendência Regional da Polícia Federal em Porto Alegre. Para ir direto ao assunto. As operações aqui citadas referiam-se, primeiramente, a da Polícia Federal, ao tráfico internacional de drogas. E na evolução dessa operação batizada de Serraluz descobriu-se que havia crescente tráfico internacional de armas e munições provenientes da Argentina e do Uruguai. Na evolução da Operação Serraluz, após alguns flagrantes inclusive de armas e munições e tráfico internacional de drogas, recebemos a visita da Polícia Civil, do DEIC, do colega Delegado Pacífico e procedemos então à reunião das



operações em uma só. A operação da Polícia Civil era a Operação Nóia, e esse seria um tópico até a reunião das duas reuniões, e isso indo direto ao assunto, poupando tempo, já que chegamos um pouco atrasados. Passo a palavra, agora, ao colega Pacífico que passará mais informações relativas à Operação Nóia.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Bem, a partir de abril, começamos, através da investigação de roubo de carga, e nós chegamos a um indivíduo que administrava todo o crime na região do Vale dos Sinos, Região Metropolitana da grande Porto Alegre. Então, através do roubo de carga, convergiam todas as investigações para essa pessoa, o chamado Jair de Oliveira, vulgo Jair Cabeludo. E, não obstante o grande número de telefones interceptados — chegamos a ter até 51 telefones interceptados —, e aí foi aumentando o leque de investigados. Em determinado momento, quando investigávamos o indivíduo na Serra Gaúcha, a gente cruzou com a investigação da Polícia Federal. Então, fiz uma visita à Polícia Federal, ao Delegado França, e, a partir daí, decidimos operacionalizar juntos as ações para ter uma maior amplitude da organização criminosa. E não fosse esse trabalho conjunto que, por uma parte, o DEIC tinha informações perante o roubo de cargas e a Polícia Federal já tinha informações do tráfico internacional de armas e tráfico internacional de drogas. Então, praticamente juntavam. Eram um quebra-cabeças, informações se convergiram e chegamos até, a partir desse trabalho em conjunto, em 22 de agosto, nós deflagramos a operação denominada Nóia-Serraluz com o cumprimento de 64 mandados de busca e apreensão em todo o Estado, região de fronteira, Brasil-Argentina, Brasil-Uruguai, a Região Metropolitana, Serra Gaúcha e região central do Estado, praticamente com uma amplitude de todo o Estado do Rio Grande do Sul. Nós tivemos a prisão, num primeiro momento, durante o cumprimento dos mandados de busca e apreensão e também de prisões temporárias, de 34 integrantes dessa quadrilha, sendo que, na figura desse Jair de Oliveira, um ex-detento, a partir dele, todo o crime orbitava em sua volta. E como é que ele angariava essa força? Por ser ex-detento, ele tinha conhecimento e mão-de-obra disponíveis para ele a todo o momento. Então, ele controlava o tráfico de drogas vindo do Paraguai e as armas pesadas praticadas, usadas nos assaltos, especialmente os carros fortes, entravam pela fronteira Brasil-



Argentina, Brasil-Uruguai, que, ao transcorrer das informações, podemos colocar a conduta de cada um na atuação da organização criminosa.

O SR. RAFAEL FRANCISCO FRANÇA - Bom, continuando a explanação sobre o grupo criminoso. O poder bélico dos assaltantes a carros-fortes no Rio Grande do Sul, acho que nem é preciso ressaltar. Eles dispõem de fuzis de alto impacto, de munição 672, coletes e, inclusive, de explosivos C-3, C-4 para efetuar a abertura à fórceps dos carros-fortes. A técnica da abordagem aos carros-fortes é emblemática. E esse elemento, como disse o colega Pacífico, o Jair de Oliveira, é tido como quem fornecia qualquer tipo de arma, munição e explosivos para quadrilhas, inclusive para o conhecido Seco, que é o procurado número 1 do Rio Grande do Sul e que buscava nele armas, munições, como eu disse, explosivos. Com a prisão do Jair, esperamos que o Seco tenha que se movimentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dr. França, eu não sei se já saiu, o que já saiu, que se tornou público a gente pode falar, mas como eles adquiriram essas armas no Uruguai e na Argentina? Como é que era isso?

O SR. RAFAEL FRANCISCO FRANÇA - Olha, as investigações aí apontam para a suposta participação de atravessadores, de intermediários, que conseguiam o acesso às armas no Uruguai e na Argentina, inclusive com indícios de participação de forças policiais e forças militares daqueles países. Tanto é assim que uma das armas que foi apreendida ela é uma pistola 45 de uso exclusivo do Exército argentino, inclusive com munição argentina. As investigações apontam para a existência de um comércio muito mais intenso aí entre pistolas, fuzis e, como eu disse, explosivos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E teriam militares também envolvidos nisso?

O SR. RAFAEL FRANCISCO FRANÇA - Como eu disse, eu acho que sim, as investigações apontam que sim, que militares daqueles países estariam envolvidos no fornecimento de armas para esses grupos em ação no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Já foi feita alguma comunicação a esses países sobre esse envolvimento? Tem idéia disso?



O SR. RAFAEL FRANCISCO FRANÇA - Por parte da direção da investigação, das Operações Serra Luz-Nóia, não. É a primeira vez até que se fala isso em público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu sei que nós temos um *back up* sobre conversas realizadas. Isso possivelmente, reservadamente, nós vamos ouvir ou pode ser ouvido publicamente? Eu não sei.

O SR. RAFAEL FRANCISCO FRANÇA - Creio que só reservadamente, até porque a investigação não terminou ainda. E o procedimento policial conjunto prossegue. Acho que não seria então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, nós vamos tentar. Depois, o Dr. Manoel vai conseguir para nós... Não sei se esse computador aqui consegue fazer isso. Bom, enquanto estamos esperando, se algum Deputado, o Relator, o Deputado Luiz Couto, tiver alguma pergunta aos delegados.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - V.Exa. colocou que quase todo o Estado do Rio Grande do Sul tinha envolvimento, tanto a parte da fronteira quanto a parte da Serra e o Vale dos Sinos. Também tinha relação com Santa Catarina e Paraná. Vocês identificaram essa relação também?

O SR. RAFAEL FRANCISCO FRANÇA - Isso foi identificado, inclusive tanto no tráfico de armas quanto no roubo de cargas, porque eles desviavam as cargas. Isso o colega Pacífico pode explicar muito melhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. E com outros Estados? Também deu para identificar outros Estados da conexão?

O SR. RAFAEL FRANCISCO FRANÇA - Bom, a droga que vinha para o grupo, considerado uma entidade, há indícios que viesse do Paraguai. Então, passava em conexões pelos Estados ali do Centro-Oeste.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Por exemplo, os Estados do Centro-Oeste, da Região Nordeste, tinham alguma vinculação com outros Estados do nosso País?

O SR. RAFAEL FRANCISCO FRANÇA - Não, não. Creio que não.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Essa quadrilha especificamente no roubo de cargas, como é que eles estavam desviando? Eles, até para desvirtuar o trabalho da Polícia, eles faziam o roubo ou o falso roubo, quando tinha



participação de motoristas e agentes aliciadores de cargas, eles passavam a fazer o registro da ocorrência no Estado vizinho. Então, durante toda essa operação, antes da deflagração, foram efetuadas 5 prisões em flagrante de diversos integrantes. Uma delas foi um roubo de carga, um falso roubo de carga da Serra que iria em direção ao Paraná. Só que a carga foi desviada no próprio Estado do Rio Grande do Sul e membros das quadrilhas encaminharam o motorista para Santa Catarina para efetuar o registro naquele Estado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Uma outra coisa que gostaria saber, se vocês investigaram. o Jair Oliveira, o Cabeleira, ele era responsável pela revenda de ...

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Veículos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De veículos. Isso me chama atenção porque nós temos verificado em muitos Estados um crescimento muito grande de empresas de revenda e que a gente não vê ninguém comprando carros. Mas lá estão as revendas cheias de carros, mas não aparece ninguém para comprar. Se vocês investigaram também, além dessa questão do Jair, outras conexões com outras revendas, que estariam também vinculadas a essa ação criminosa.

O SR. RAFAEL FRANCISCO FRANÇA - Isso foi investigado e está ainda em investigação. E realmente essa é a nossa tese. Eles usavam revendas ali como fachada, revendas que não tinham movimentação nenhuma, inclusive com carros caros, como Audi, BMW, Toyota e camionetes. E que os veículos funcionavam como moeda de troca. Eles não ficavam com os veículos no nomes deles, porque eles pegavam uma procuração. No verso da procuração, eles substabeleciam essa procuração para outra pessoa, para um "laranja", e o carro circulava. A circulação foi detectada inclusive para pagamento de carregamento de drogas e de armas e munições, tanto os carros para a Argentina e para o Uruguai, quanto subindo para o Paraguai. Isso foi detectado. Pessoas subindo, motoristas subindo com veículos caros e descendo de ônibus.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Os que receptavam as cargas, isso ocorria só na região do Rio Grande do Sul ou isso também se estendia para outros Estados?



O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Do objeto dessa investigação, a gente não conseguiu fazer algum tipo de vinculação com cargas de outros Estados. Somente com as cargas envolvendo o Estado do Rio Grande do Sul. Mas ainda, como prosseguem as investigações, principalmente no segmento de roubo de carga, que é o objeto da nossa Especializada, tem muita coisa ainda. A figura de Jair de Oliveira ele era o grande arregimentador dessa organização. E ele também tem todo um universo de receptadores que agora passarão a ser minuciosamente vinculados com a organização, porque são os grande alimentadores. Mas, só voltando Deputado, naquela questão dos veículos, acredito hoje ser uma maior preocupação que a gente, como o senhor disse, a gente também acompanhou. Eu posso pegar, ao longo de poucos anos que estou à frente, lá trabalhando no Estado do Rio Grande do Sul, mas visualmente houve um acréscimo muito grande desses estabelecimentos comerciais de revenda de veículos. Então, hoje é uma das grandes, é o grande meio, pode se dizer, para as organizações criminosas fazerem a lavagem de dinheiro. Então, se é um meio para ser combatido a nível nacional, federal, tem de fazer um efetivo trabalho diante disso aí. Pode ser produto de caixa 2 das empresas... Agora, o grande número dos que foram presos sequer fazem declaração de Imposto de Renda, não têm origem do dinheiro para o início do comércio. Em algumas revendas, o somatório dos veículos ultrapassou mais de milhão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E usadas também como lavagem de dinheiro, não é?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Tranqüilamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma outra coisa interessante que gostaria, acho que as investigação estão sendo feitas, é no que diz respeito à organização de consórcio. Quer dizer, lá parecia um consórcio, não é? Quadrilhas que se organizavam consorciadas. Vocês identificaram outras atividades, a realização desses consórcios também para atividade criminosa?

O SR. RAFAEL FRANCISCO FRANÇA - Sim. O consórcio ele pode ser assim... esse tipo de ação pode ser demonstrada pela própria atitude do alvo principal, do Jair. Ele era o centro de tudo ali, fornecendo o que fosse necessário para qualquer grupo. Se viessem com uma carga de fermento, como vieram, ele



tinha colocação, como ele falava. Se viessem pedindo armas para assalto a carro-forte, ele tinha arma, munição e colete. Qualquer coisa. Ele era o centro. E ele fornecia lugar inclusive para vários outros grupos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E os que recebiam, principalmente as cargas, identificaram todos ou ainda tem investigação para identificar outros ramos que também recebiam o resultado dessas cargas roubadas?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Isso que eu tinha dito antes no sentido de que ficou tamanha a complexidade da investigação, tomando tantos rumos, que ainda nós temos matéria-prima para continuar trabalhando por longos e longos meses, porque tamanha a amplitude de pessoas que se relacionaram com esse indivíduo, com essas pessoas da organização criminosa. Então, por exemplo, podia dizer tranqüilamente que nós lá da Delegacia de Roubo de Cargas temos material aí para seguir bastante adiante. Então, trabalhando até com a dificuldade de que é agora, usando o prazo processual de prisões temporárias, estamos correndo contra o tempo diuturnamente. Então, é difícil. Até a nossa própria legislação ela não facilita muito a investigação da organização criminosa. Agora, estamos correndo contra o tempo. Mas eu posso dizer, Deputado, que tem matéria-prima de sobra. E nós vamos focar principalmente na questão do roubo de carga, a questão dos receptadores que são os que realmente...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Correto. E para concluir. a última pergunta, e desde já parabenizando pela operação, pelo trabalho, aquilo que vocês estão fazendo também no sentido de desbaratar essas quadrilhas que têm relação internacional. Nós verificamos que lá na Argentina, no Paraguai, ou seja, a droga servia de moeda para a compra de armas, e armas inclusive do próprio Exército argentino, que foi encontrada uma arma. Eu pergunto: aqueles que estavam foragidos, já foram capturados ou ainda continuam foragidos? Porque tinha uma relação que vocês não conseguiram prender. Eles ainda se encontram foragidos ou já foram identificados ou estão na rota? Quem foi, depois da operação, preso? Quem ainda está foragido?

O SR. RAFAEL FRANCISCO FRANÇA - São 3. Três foragidos estão identificados, mas não localizados ainda. Estão inclusive com pedido de preventiva, sob apreciação do juízo lá.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Relator quer fazer uma pergunta. Depois o Deputado Paulo Baltazar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Primeiramente, quero cumprimentar os ilustres delegados. Na época em que eu era Deputado Estadual, eu não me recordo se os senhores já eram delegados. Naquela época, o Delegado Luís Fernando Correia era, pela Polícia Federal, quem coordenava a força tarefa. E o Jair Oliveira nós chegamos a investigar ele. Tinha o episódio do advogado de Novo Hamburgo, que apareceu morta a esposa dele e também foi morta a secretária dele. Não sei se vocês recordam desse fato.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - No Vale dos Sinos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vale dos Sinos, em Novo Hamburgo.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - O Caso Miguel.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Exatamente.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Miguelzinho.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E naquela investigação nós chegamos no Jair Oliveira. Inclusive eu conversando há poucos dias com o Deputado Francisco Appio, que na época era o Relator. E, naquela oportunidade, já tinha todo o envolvimento ali do esquema de receptação. Aquela região ali sempre foi uma região muito conflagrada também na questão do roubo de cargas, aquele trecho da BR-116. Então, eu acho que, de fato, esse Jair Oliveira ele é a figura central para compreender essa conexão toda. Ele está preso o Jair Oliveira e mostrou alguma disposição de colaboração? Nada? Ele não era ligado àquele esquema do Jonas Dedão, do Papagaio, ligado também àquele grupo anterior ali que comandava o esquema do assalto a banco no Estado? Tinha o Pingo também, não é?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Hoje, Deputado, a gente tem a radiografia de todos esses grandes que foram dessa quadrilha que veio lá desde o tempo do Papagaio, grande líder de assaltos a banco, depois veio uma segunda geração. O Jair teve preso junto com essa turma toda lá. E ele é um líder nato. Como ele ficou forte? A partir da saída da prisão, ele passou a dar uma grande assistência. E ele fala em diversas vezes nesse sentido. Essa foi a grande força



para ele. Então, hoje o indivíduo oriundo do sistema prisional, ele, de dentro do presídio, ele já conversa com o Jair, ele já fala com o Jair. Quando ele sai de lá, ele vai até o Jair. E o Jair ou dá, arruma carta de recomendação com um monte de gente para ele conseguir qualquer benefício. E as atividades criminosas, o sujeito vem com as informações, e ele já fornece a logística para ele continuar as suas empreitadas criminosas. E, o pior: ele joga nos 2 lados. Ele tinha, e como houve a prisão de policiais também, ele tinha a proteção de policiais. E, por vezes, era interessante, ele tinha toda negociação com os criminosos, e ele dava o serviço para a Polícia. Então, a polícia ia lá... Ele ganhava dos 2 lados. Por vezes, resultava em prisão; por vezes, resultava em extorsão. Mas ele ganhava dos 2 lados. E cada vez mais forte, forte, forte. Ele cita que às vezes o sujeito sai da prisão, aí faz um serviço, pega 30 mil e fica grandão, acha que é tudo. Aí ele falou assim: *“Ó, 30 mil eu gasto 3 vezes por semana”*. Então, tamanha... Aí a gente vê a força dele, como se diz. E ele, hoje, agora, também fazendo, completando essa radiografia, todos esses outros criminosos mais recentes — Jonas Dedão, o próprio Seco, Boneco — todos que foram com trabalho árduo de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, no contexto de combater essa... Agora a gente vê quem estava por fora dando todo suporte logístico aos criminosos: Jair de Oliveira. Então, ele não aparecia, ele já não sujava a mão, mas ele indicava todas as situações de apoio aos criminosos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O pessoal da Polícia que foi preso foi pessoal da Civil?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - De ambas. Foi preso um policial civil, que era chefe de investigação de uma delegacia, da mais à época dos fatos. Ele era da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos do DEIC, do próprio. Então, nós cortamos na própria carne. Tivemos toda a cautela. O desfecho da operação foi com 460 policiais. Imagina o problema de vazamento. Então, nós conduzimos... E tínhamos policiais da própria delegacia onde ele trabalhava. Então, houve todo um trabalho de cautela, de sigilo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Foi preso um policial só?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Um policial civil, mas que ele...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Do DEIC?



O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - A origem dele, ele era chefe de investigação da 1ª DP de Novo Hamburgo, que era a área... Ele que dava proteção ao Jair na área de atuação do Jair, que era em Novo Hamburgo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Policiais militares foram presos?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - E mais brigadianos na Serra Gaúcha e na região de Porto Alegre.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O interessante é que nas matérias que foram publicadas, num dos locais onde vocês estiveram, parece que Bento Gonçalves, vocês encontram dentro de um cofre uma cópia da CPI do crime organizado da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. É verdade isso? Porque há uma informação de que foi encontrada lá. Quer dizer, os caras também estavam muito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eles cuidam também disso.

O SR. RAFAEL FRANCISCO FRANÇA - Foi encontrada uma monografia de conclusão de curso sobre o crime organizado, mas foi em Uruguaiana.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi em Uruguaiana? Quer dizer, eles guardam...

O SR. RAFAEL FRANCISCO FRANÇA - Grande parte dos parentes... O Jair tem 3 estudantes de Direito que são ali, estão para se formar daqui a alguns anos, que são ligados a ele: a esposa, a cunhada e o irmão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RAFAEL FRANCISCO FRANÇA - Futuramente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Paulo Baltazar tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR - Quero cumprimentar o Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente, Deputado Couto, o Delegado Guilherme e o Delegado Rafael, confesso que, depois de trabalhar com o nosso Relator da CPI do Narcotráfico, Moroni Torgan, a gente acaba verificando que existe um *modus operandi* semelhante que vai se especializando cada vez mais, mas tem uma caminhada, essa conexão dos crimes — entre um crime e outro, e outro. A gente viu lá, na CPI do Narcotráfico, a troca de armas por drogas, roubo de carga na região de Campinas e coisa semelhante. Mas eu queria perguntar, e o senhor já disse aqui



que tem material para muito tempo de investigação. Eu queria saber se há um fio condutor, um viés que caminhe... Porque, pelo que está colocado, que o senhor colocou, há uma empresa criminosa com várias ações, atividades. Eu queria saber se há uma investigação ou se terá uma investigação para saber um pouco dessas fontes de financiamento, que são o próprio roubo, mas a colocação de dinheiro. A gente sabe que, se cortar o dinheiro, a gente começa a desmontar o esquema — se há, nessa investigação, alguma coisa relacionada com doleiro. Porque os recursos vão se avolumando e é preciso colocar em algum lugar. Via de regra, no Brasil, caixa 2 de empresa, de desmando político, essa coisa toda, é colocada em doleiro e mandada para fora. Há alguma investigação, alguma coisa aponta nessa direção do uso de doleiro, de colocação fora do Brasil do dinheiro dessa investigação?

O SR. RAFAEL FRANCISCO FRANÇA - Inclusive o alvo principal aí. Esses indícios assim claramente não existem, mas ele já foi... Ele tem contatos em Montevideú. Estava em Artigas e tem contatos em Montevideú. E contatos, digamos, fortes. Nada impede que ele tenha usado, lá, bancos uruguaiois para depósito de valores, porque ele tinha muito, muito ganho, e ele, vamos dizer assim, não é uma pessoa tão esclarecida para ele mesmo fazer isso. Ele teria que usar alguém para depositar valores por ele. Então, certamente, deve ter usado alguém para depositar, provavelmente, em bancos uruguaiois.

O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR - Mas os senhores vão investigar essa possibilidade, esse braço, essa possibilidade de ter doleiro no envolvimento...Vai haver essa investigação?

O SR. RAFAEL FRANCISCO FRANÇA - A investigação, essa primeira parte, está quase concluída. Mas, certamente, teremos fôlego, aí, para mais investigações.

O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR - O.k.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - O processo de lavagem de dinheiro é mais complexo e a gente depende de uma análise mais profunda de todos os bens que os indivíduos têm, todas essas contas bancárias, todos os valores, em tese, que circularam de posse da quadrilha. E esse material ainda não chegou para nós. Então, ainda tem muita coisa...Por isso que eu digo que é difícil também trabalhar ao ritmo da contraprestação das representações da Polícia.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nós vamos tentar colaborar com isso, a CPI.

Informo que nós temos um áudio gravado, envolvendo, inclusive, autoridades e coisa assim, que vai ser colocado reservadamente e, posteriormente, vamos ouvir a testemunha D, que vai confirmar muitas dessas coisas. Como é uma pessoa que não pode ser identificada, ela virá encapuzada.

Acho que nem precisa, aí, o papel. Depois a gente...

O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR - Sr. Presidente, só para perguntar se tem algum envolvimento de forças políticas ou de políticos nessa questão nas investigações.

O SR. RAFAEL FRANCISCO FRANÇA - Não. Até agora não foram detectados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem de autoridades...

O SR. RAFAEL FRANCISCO FRANÇA - Têm 2 Vereadores, aí, investigados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...militares.

O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, vai ser bem interessante na parte reservada. Acho que vai ser bem interessante.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Um aspecto que me chamou a atenção, Presidente, é que têm pessoas, têm brasileiros que serviam de pontes em outros países. Parece que no Paraguai tinha, em outros países também tinha brasileiros que serviam de ponte, de conexão lá. Vocês identificaram, além daquele que foi identificado no Paraguai?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas só para ter essa informação, que eu não tinha.

O SR. RAFAEL FRANCISCO FRANÇA - Sim, têm. Nas 3 vertentes, aí, têm brasileiros que servem de intermediários para entrar no Paraguai e trazer cocaína, para entrar na Argentina e no Uruguai e trazer arma e munição, produtos químicos controlados — lidocaína, benzocaína e cafeína — em carregamentos constantes, dos países vizinhos, até por uma questão de cargas também.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, eu vou, então, agora submeter à votação do Plenário a transformação da sessão em reservada para ouvirmos os áudios e para ouvirmos as testemunhas. Claro, os delegados ficarão conosco aqui. Inclusive, a Assessoria da Comissão também pode ficar.

Eu coloco em discussão a transformação.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Então, vamos transformar a sessão em sessão reservada.

Àqueles que não forem assessores diretos nossos, eu peço, então, que se retirem.

(A reunião é transformada em reservada.)